

JOVENS QUILOMBOLAS: IDENTIDADE E LITERATURA E VARGEM DO INHAÍ/DIAMANTINA/MG

Ana Flávia Andrade de Figueiredo e Juliana Helena Gomes Leal⁴³

RESUMO

Esta apresentação discorrerá sobre a execução do projeto de extensão/cultura *Jovens Quilombolas: identidade e literatura em Vargem do Inhaí/Diamantina/MG*, coordenado pela professora Ana Flávia Figueiredo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. O projeto intenciona produzir, em conjunto com jovens quilombolas de Vargem do Inhaí, material literário infanto-juvenil que expresse o imaginário ou imaginários quilombola(s) dessa comunidade para que, *a posteriori*, possa ser apropriado por equipamentos e movimentos culturais locais e inserido na estrutura da educação escolar do município de Inhaí ou de outras localidades que por ele se interessem. A metodologia de trabalho para produção desse material se referenciará nos dispositivos e técnicas (os *círculos de cultura*, por exemplo) da educação popular, inspiradas na “pedagogia do oprimido” de Paulo Freire (1977), via de acesso a um processo educativo libertador que possibilite a construção do *ser mais*. Ato humanizador que reconstrói a lógica massacrante instaurada entre opressores e oprimidos por meio de um diálogo recíproco de consciências. O exercício da narração ou da fabulação, ligada à noção de sujeito, oferece condições de ampliar o entendimento sobre o si mesmo, formando uma compreensão histórica mais significativa desse si mesmo no e diante do mundo a partir do contato com representações artísticas várias ligadas ao repertório cultural afrodescendente e quilombola. Repertório que permitirá, segundo a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, que a perpetuação de uma única narrativa (normalmente a hegemônica) sobre negros, povos e países não se converta em textualidade exclusiva, porque incompleta, para apresentar as identidades desses sujeitos. Permitir, portanto, a apropriação do verbo (falado, escrito, desenhado, imaginado...) pelos jovens quilombolas de Vargem do Inhaí nos parece um caminho justo para que eles possam (re)encontrar-se e (re)conhecer-se e, consciente e autonomamente, penetrar política e ativamente no mundo a partir de seu lugar de enunciação afrodescendente.

PALAVRAS CHAVE: Literatura; Identidade; Quilombolas; Vale do Inhaí/Diamantina

Em março de 2013 foi iniciado pela Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - *Campus* de Diamantina/MG (UFVJM), um projeto de cultura, financiado pelo Edital PROCARTE/PROEXC, denominado *Jovens Quilombolas: identidade e literatura em Vargem do Inhaí/Diamantina/MG*, cuja coordenação se encontra a cargo da professora Me. Ana Flávia Andrade de Figueiredo. Inicialmente pensado por alunas participantes da equipe, o projeto foi elaborado no quadro do curso de graduação de Bacharelado em Humanidades (BHU), da FIH/UFVJM, a partir de suas incursões como bolsistas no Projeto de Pesquisa e Extensão: “Contribuição à formação em agroecologia e à produção do conhecimento agroecológico nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri”, vinculado ao NAC – Núcleo de Agroecologia e Campesinato, e coordenado pelo professor Dr. Claudenir Fávero, docente da Faculdade de Ciências Agrárias, também da UFVJM.

⁴³ Ana Flávia Andrade de Figueiredo, UFVJM, Mestre em Antropologia pela UFPE, ana_flavia_pe@yahoo.com.br e Juliana Helena Gomes Leal, UFVJM, Doutora em Literatura Comparada pela UFMG, juleal@yahoo.com

O projeto *Jovens Quilombolas* conta hoje com uma equipe de cinco discentes, entre os quais as bolsistas Rafaela Domingues Vale e Maria Mariana Batista Cangussu dos cursos BHU e História, respectivamente, a voluntária Bruna Lara Alvarenga Barros da Engenharia Florestal e duas docentes, a coordenadora (professora do curso de Turismo) e eu (professora do BHU e do curso de Letras Português/Espanhol) como colaboradora. O projeto tem intenção de produzir, em conjunto com jovens quilombolas de Vargem do Inhaí/Diamantina/MG, material literário infanto-juvenil que expresse o imaginário ou imaginários quilombola dessa comunidade para que, *a posteriori*, essa produção artística possa ser apropriada por equipamentos e movimentos culturais locais, sendo, talvez, inserida na estrutura da educação escolar do município de Inhaí ou de outras localidades que por ele se interessem.

A ideia é que esse material literário seja produzido a partir de uma metodologia de trabalho referenciada nos dispositivos e técnicas da educação popular, inspiradas na Pedagogia do Oprimido ou *Pedagogia do Homem* do educador brasileiro Paulo Freire que se centra no desenvolvimento da consciência crítica do si mesmo e, conseqüentemente, do mundo que faz deslocar o sujeito do lugar do oprimido para o do protagonista. Esse desenvolvimento se potencializa por meio da criação de situações-estímulos a partir das quais o processo de humanização, historicamente negado às classes oprimidas, é estimulado visando impulsionar o exercício da vocação humana do *ser mais*. Em outros termos, uma “pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação” (FREIRE, 2011, p. 43), forçando a alteração, como assevera Stuart Hall, do equilíbrio de poder nas relações da cultura, mudando as disposições e configurações do poder cultural (HALL, 2006, p. 339).

O produto literário como resultado final do trabalho desenvolvido com os jovens quilombolas da comunidade de Vargem do Inhaí está relacionado com a crença que temos na importância da narrativa ou da fabulação que, ligada à noção de sujeito, lhe dá condições de construir uma compreensão histórica mais ampla e significativa do si mesmo no mundo (sua intersubjetividade) a partir do contato com estímulos vários (mais tarde transformados, desejamos, em desafios) que amparem o processo de reflexão continuada e humanizadora dos oprimidos, engajando-os cada vez mais, para que resulte em *práxis* efetiva, na necessária compreensão política de serem uma comunidade socio-cultural de valor, restituindo-os, assim, de sua histórica e ontológica, afirma Paulo Freire, vocação humana de *ser mais*. (FREIRE, 2011, p. 58).

Além disso, esse material literário permitirá, segundo as palavras da escritora nigeriana Chimamanda Adichie, que a perpetuação de uma única narrativa (normalmente a hegemônica) sobre negros, povos e países não se converta em textualidade exclusiva para revelar a

identidade desses sujeitos. Segundo Adishie, o problema das narrativas únicas não é que sejam errôneas, mas fundamentalmente, porque são incompletas.

A compreensão de identidades no plural vem de encontro a essa ideia porque assume o complexo processo de construção identitária enquanto arena de disputas políticas inseridas num contexto globalizado diante do qual os oprimidos sofrem um processo de invisibilidade por estarem historicamente imersos em uma realidade opressora que anula a possibilidade da consciência de si como pessoa (FREIRE, 2011, p. 44). Prova disso foi Dona Joana, 81 anos, que ajudou a pôr ao mundo ao menos três gerações da comunidade quilombola de Vargem do Inhaí, que revelou acanhamento, durante minha primeira visita à comunidade, em nos contar sobre sua longa experiência como parteira frente ao saber do *ômi de branco*, isto é, os médicos de Diamantina que, segundo ela, são os que realmente “sabem” das coisas. Questionada por nós, no entanto, sobre quantas crianças ou mães haviam falecido em suas mãos não hesitou em dizer que nenhuma.

Possibilitar, nesse sentido, a apropriação/construção dessas narrativas literárias por esses jovens, agora como autores e não mais como personagens coadjuvantes que lhes confere, ainda que simbolicamente, o poder de narrar os sentidos vários do *ser quilombola* a partir de seu lugar de enunciação negro e não a partir das compreensões de outros sujeitos que, segundo podemos extrair de muitos dos poemas de Adão Ventura, não vivenciam a negritude da pele enquanto lugar de estigma, de exclusão, de fragilidade. Esse empoderamento no ato de narrar pode abalar, em nossa opinião, a lógica da “imersão na realidade opressora”, mencionada por Paulo Freire, que ao invés de pretender, por parte do oprimido, a identificação com seu contrário (o opressor), intenciona a superação por meio do engajamento pela liberdade que decorre do reconhecimento enquanto oprimidos. Assim, diz Freire, “quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se inserem nela criticamente” (FREIRE, 2011, p. 54).

No desenvolvimento das atividades do projeto temos organizado um coletivo de trabalho/pesquisa denominado por Paulo Freire como “círculo de cultura”, composto por jovens da comunidade de Vargem do Inhaí que a ele se aderiram por livre escolha⁴⁴. No percurso dessas atividades, está sendo escolhida uma equipe de facilitadores para colaborar com a mediação do diálogo intercultural, composto por sujeitos da comunidade e outros participantes (benzedeira, velhos sábios, parteira, representantes de grupos culturais:

⁴⁴O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será devidamente repassado a todos os envolvidos diretamente na produção do material literário, fruto do projeto.

capoeira, dança-afro, foliões, etc.). Em um dos círculos realizados em Vargem, por exemplo, no qual o tema era sons e corpo, contamos com a valiosa colaboração de um morador de Diamantina chamado Calebe, dançarino negro, que propôs o desenvolvimento das práticas corporais realizadas nesse dia, fundamentalmente focadas na capoeira, e da conversa realizada com os jovens. Conversa que resultou, inclusive, no grande interesse por parte de um dos rapazes mais velhos entre os jovens de Vargem (Mateus) que afirmou ter gostado bastante da experiência de jogar capoeira, nunca antes vivida. Advertido por nós, no entanto, sobre a visível habilidade que demonstrou ter durante a dança, expressou com firmeza sobre a vontade grande que surge de também fazer algo quando uma pessoa o faz com habilidade. “Dá vontade de fazer o mesmo”, afirmou.

Pelas características e sensibilidade necessária ao alcance dos objetivos do projeto nos fundamentaremos também no paradigma da complexidade como premissa teórica e metodológica (MORIN, 2005a, 2005b) capaz de alcançar um conhecimento mais aproximado da dialogia presente nos saberes e na memória vinculados à natureza e à cultura quilombola. Essa dialogia, realizada nos círculos de cultura promovidos pelo projeto, tentar estar em consonância com o conceito de *ecologia de saberes* desenvolvido pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos que sugere uma concepção pragmática do saber a partir da qual “o saber científico possa dialogar com o laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês” (2011, p. 32-33) e, agregamos, com o saber quilombola.

O tema e a problemática do projeto *Jovens quilombolas* estão situados no contexto dos estudos sobre Identidade Quilombola e Africana; Dialogias entre natureza e cultura; da implantação e aplicação do marco legal da Lei da Promoção da Igualdade Racial e de Gênero, promulgada em 2012, além de estar em consonância com a aplicação da lei 11.645/2008, que orienta a implantação do ensino das Histórias e das Culturas Afro-brasileiras e Indígenas nas educações básica e superior, responsabilizando, principalmente, os professores e professoras de História, Literatura e Artes para sua efetivação nos currículos.

Em várias referências bibliográficas verifica-se a luta e a resistência da população negra e indígena do Brasil para transformarem a realidade em que vivem e denunciar a sua invisibilidade na história do país, assim como o preconceito e discriminação sofridos. População essa que, segundo Hugo Achugar, ficou de fora do “macrorrelato da história e da cultura que privilegiou a produção elitista das belas letras e das belas-artes, em detrimento das manifestações populares ou massivas” (2006, p. 146). A contextualização e historicidade desta problemática social e sua inclusão no rol dos assuntos e conteúdos escolares e

acadêmicos ressoa não apenas bem próximo de nós, ainda que não percebamos, mas em todo território nacional. Daí sua importância.

A comunidade de Vargem do Inhaí está localizada no Distrito de Inhaí, município de Diamantina, Alto Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Está situada há 15 km da sede do povoado, distante 70 km de Diamantina e à margem esquerda do Rio Jequitinhonha. O nome do lugar deve-se à sua ocupação ter ocorrido em área de porções de terras inundáveis do Rio Jequitinhonha, local conhecido pelos moradores da região como “Vargem”. Está composta, atualmente, por 27 (vinte e sete) famílias negras, constituídas por afro brasileiro(a)s cujas origens remontam à escravidão e, possivelmente, ao povo banto que habitava as regiões sul e sudeste do continente africano, matriz ancestral de grande parte da população quilombola de Minas Gerais.

De acordo com pesquisas recentes realizadas entre a Universidade do Estado da Bahia e a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (2010-2012), por meio de relatos de seus moradores mais antigos, os antepassados da Comunidade de Vargem do Inhaí pertenceram a um grupo de negros escravizados que fugiram das áreas de garimpo próximas à Diamantina, ou que migraram com a decadência da extração de diamante na região.

Já se passaram mais de três séculos da presença de africanos e, posteriormente, de afrobrasileiros originários da escravidão que atravessaram a República e permanecem nos dias atuais. Porém, o tempo parece não ter passado perante o isolamento e a precariedade no acesso aos bens, serviços e às produções culturais desta face negra de nossa sociedade. As condições de vida dos afrobrasileiros não sofreram grandes alterações de lá para cá, pelo menos é o que divulgam a mídia e as estatísticas que servem para medir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). É certo que a escravidão entre estes parece que já acabou, porém, os direitos sociais que conferem a esses brasileiros, plenas possibilidades de uso da cidadania estão, há mais de um século, atrasados.

Entre a sede do distrito Inhaí até Vargem, parte central da comunidade, percorre-se 15 km em uma estrada sob condições sempre precárias. Atravessam-se dois cursos d’água (Córrego das Corujas e Córrego Preto) sem que se encontre ponte alguma. O serviço de transporte coletivo que a liga a Diamantina só chega à sede do distrito, Inhaí, e não à localidade onde moram essas 27 famílias. O resto do trajeto os moradores o fazem a pé e/ou a cavalo. Existe uma Escola Municipal na comunidade, funcionando no sistema multisseriado da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental. Para continuar os estudos (da 4ª. série até o Ensino Médio), as crianças e adolescentes são transportados pela Prefeitura Municipal para escolas em Inhaí. Na época de chuvas, com o aumento no nível das águas nos cursos d’água que cortam as estradas (sem

ponte), os veículos não conseguem trafegar por elas o que implica em caminhadas de até 6 km para se chegar ao transporte escolar.

A atuação da Organização Não Governamental Projeto Caminhando Juntos (PROCAJ) viabilizou a implantação de duas infraestruturas para a comunidade: instalação de um reservatório de água com canalização desde uma nascente até as casas dos moradores e construção de uma “casinha de cultura”, assim denominada pelos comunitários. A “casinha de cultura” é um espaço de convivência, lazer, encontros, reuniões, etc. e se tornou uma referência para a comunidade. Inclusive, vale destacar, que em uma das atividades realizadas pela equipe do projeto com os jovens de Vargem do Inhaí (exibição do desenho animado francês Kiriku, seguido de produção de ilustrações) a casinha de cultura, entre outras coisas como a natureza, os rios e a comunidade, foi apontada por eles como sendo algo cuja permanência deve ser protegida.

Na última década, o território que é secularmente ocupado e utilizado pelos membros desta comunidade foi inserido dentro da zona de amortecimento do Parque Nacional das Sempre-vivas, criado em 2002. Com sua criação e implantação, boa parte do território de ocupação e uso tradicional pela comunidade ficou no interior da zona de amortecimento do parque. A população passou então a ser submetida a uma séria de restrições, de criminalizações e penalidades, inclusive, à multa ambiental.

Em 2011, a comunidade de Vargem do Inhaí conseguiu reconhecimento identitário enquanto comunidade tradicional quilombola, com certificado atestado pela Fundação Palmares (Processo administrativo dessa função, Nº 01420.00542), embora siga guardando resultado do processo de estudo e delimitação de suas terras pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para que possa continuar a fazer uso de seu território, tal e como faziam seus antepassados, não só como forma de sobrevivência, mas para manutenção de sua cultura: plantar, extrair seus remédios, colher sempre-vivas, pescar, fazer festas e cultos religiosos, brincar nas cachoeiras etc.. Essa espera, a que está submetida essa comunidade quilombola, tem relação direta com conflitos socioambientais devido à tentativa de implementação de monocultivo de eucalipto e criação dessa unidade de conservação de proteção integral que criminaliza práticas tradicionais de utilização histórica da natureza como: pescar, coletar plantas medicinais, frutos e flores do serrado, entre outros.

Um *espistemidício*, isto é, morte de conhecimentos alternativos, que, segundo Boaventura de Sousa Santos, impede o avanço no processo de emancipação social de certos grupos sociais porque revela uma preponderância da influência da racionalidade do Norte nas nossas maneiras de pensar e conceber o mundo, as coisas e a vida que exclui uma enorme parcela de saberes tradicionais e práticas alternativas que são sistematicamente descredibilizados,

juntamente com seus povos e grupos sociais. Mas arremata com justa lucidez: “a compreensão do mundo é muito mais ampla que a ocidental” (SANTOS, 2007, p. 23, 29).

Segundo o Decreto 48887/03 “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações específicas, com presunção de ancestralidades negra relacionada à opressão histórica sofrida”. Desde os anos 1950, os movimentos negros vêm imbuindo ao termo quilombo uma referência ideológica, cultural e política que caracterize os espaços sociais historicamente reconhecidos como terra de pretos, comunidades negras rurais, mocambos, visando o acesso a direitos básicos cidadãos.

Diante desse contexto de ameaça ao uso territorial por parte desta comunidade quilombola, o presente projeto visa à promoção de um trabalho, especialmente com os jovens pertencentes a esse grupo, dentro do qual sejam discutidas questões tais como: 1. Quem é o jovem quilombola de Vargem do Inhaí? Que imagens produzem de Si, de sua identidade? O que sabem da história da comunidade a qual pertencem? O que sabem sobre seus antepassados? Que ressonâncias podem vir a ser produzidas na experimentação com estes jovens da aplicação da lei 11645/2008? O que sabem dos saberes e das práticas de suas comunidades? Quais consideram específicas ao grupo e às suas origens?

Promover o trabalho com a memória do passado de grupos sócio-culturais como o da comunidade quilombola de Vargem do Inhaí é essencial porque, segundo Márcio Selligman-Silva, “nossas identidades dependem disso” (2003, p. 77) e porque isso afronta a visão essencialista e paternalista da identidade que tanto marca a retórica da subalternidade ao promover espaço para que esses sujeitos, confrontados com imagens, linguagens (da dança, da literatura, do cinema, da fotografia etc.) possam se apropriar efetivamente de seu lugar de enunciação quilombola e se reconhecerem enquanto protagonistas de seu passado e, principalmente, de seu futuro. E, sobretudo, para “descobrir e pensar como podem as culturas populares sair de seu abandono local [que em nossa opinião é político e cultural] e, com suas criações e saberes, participar competitivamente do comércio global” (CANCLINI, 2008, p. 94).

Destaca-se neste cenário, principalmente os grupos social e historicamente dominados, silenciados, invisibilizados pelos registros oficiais que os ignoraram e ainda ignoram: grupos e etnias indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, crianças, mulheres e jovens. Negar, ignorar ou marginalizar o universo cultural e simbólico desses grupos seria forjar e dar voz somente para uma versão ou lado de uma história de conflitos, colaborando para que ela permaneça sendo reproduzida nas estruturas educativas, impedindo que políticas que eduquem para a igualdade racial avancem.

Foi este o sentido da conquista vitoriosa do marco legal, assegurando, não só uma política nacional de ações afirmativas, de cotas, de inclusão de conteúdos históricos e culturais na grade de conteúdos curriculares, como também, disciplinando as relações nos contextos das práticas sociais. A lei 11645/2008 foi elaborada e sancionada como regulamentação ao artigo 68 da Constituição Federal de 1988, e, em complementaridade às diretrizes e parâmetros curriculares nacionais (PCN).

Ana Lúcia Valente (2003), ao abordar a questão da temática etno-racial na escola, nos chama atenção para os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, VOLUME 10). Tomando como referência uma análise do tema transversal *pluralidade cultural*, observa nele aspectos positivos e negativos, reafirmando a necessidade de se pensar de modo mais consistente as diretrizes para a educação em comunidades quilombolas, porque muito embora o PCN de Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e Médio tenha sido implantado a partir de 1990 e abordado no curso de formação dos profissionais da educação, ele parece não ter provocado mudanças significativas no que tange às questões étnico-raciais.

[...] Não apresentaram propostas definidas de combate ao preconceito e não fazem referência à contribuição do negro no processo de construção da nação. A insistência no ocultamento destas questões no currículo escolar traz sérios transtornos na formulação da identidade da criança negra que não vê a si e nem a seus ascendentes de forma produtiva (VALENTE, 2003).

O fato é que o debate está posto e está apenas no começo. O segmento cultural que aqui se apresenta está, inclusive, inserido nas Metas do Plano Nacional de Cultura, quando este aponta que as comunidades quilombolas devem ser percebidas em suas especificidades e contempladas em diferentes campos estratégicos do plano, especialmente os vinculados à meta 4 - *Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada*:

Até maio de 2012, o Brasil e outros 121 países já haviam ratificado a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco. De acordo com essa Convenção, nosso país tem obrigação de criar políticas e leis que protejam e promovam todas as expressões culturais, entre elas as populares e tradicionais. Isso significa garantir os direitos daqueles que detêm os conhecimentos e produzem as expressões dessas culturas. Também significa dar condições sociais e materiais para a transmissão desses saberes e fazeres. Para consolidar a política nacional de proteção vigente será preciso criar ou atualizar leis para: [...] trazer os conhecimentos e expressões culturais populares e tradicionais para dentro da escola. A escola precisa incluir as pessoas reconhecidas pela sua própria comunidade como portadoras de saberes e fazeres das tradições. Essas pessoas, mestres, mestras e praticantes, são a memória viva e afetiva de suas comunidades e das tradições transmitidas de geração em geração. Dar oportunidade para essas pessoas ensinarem na escola formal é

uma maneira de valorizar a identidade, ancestralidade e criatividade do povo brasileiro nos processos educativos. Isso também permite aos alunos vivenciar o aprendizado de tradição oral. (MINC, 2012, p. 29).

E, nem mal se inicia, já existem formuladas e à espera de respostas uma série de outras perguntas em torno de temáticas etno-raciais. Mas o contexto regional norte mineiro e de Diamantina também formulam suas próprias perguntas: Que literatura infantil se apresenta nas articulações escolares e domésticas que dialogue com a história e imaginário de nossas comunidades tradicionais? Quem irá formar os formadores(a)s para atuarem com estas novas temáticas e na formação do(a)s seus sujeitos afros brasileiros que começam a tomar assento nas universidades, inclusive na UFVJM? É preciso produzir materiais específicos e contextualizados para serem utilizados nas escolas e universidades? O que sabemos dos negros que povoam nossa região e município? O que se pode dizer sobre eles? É preciso investir em pesquisas para identificar e conhecer o acervo cultural desconhecido, preservado pela oralidade nas comunidades de afro brasileiro(a)s que preservam suas tradições de África e do Brasil? Enfim, é necessário conhecer os universos linguísticos que resistiram à diáspora africana no Brasil, isto é, o que as comunidades quilombolas que viveram por décadas no isolamento têm a dizer?

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ADISHIE, Chimamanda. *Os perigos de uma história única*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ZUtLR1ZWtEY> e <http://www.youtube.com/watch?v=SZuJ5O0p1Nc>.

BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANCLINI, Néstor García. *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*. Tradução de Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2008.

DIONNE, H. *A pesquisa-ação para o desenvolvimento local*. Brasília: Liber Livro, 2007. Série Pesquisa; v.16.

DURAND, Gilbert. O imaginário, lugar do entre saberes. In: *Campos do Imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura negra? In: *Da diáspora*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 335-349.

MACHADO FILHO, A. da M. (1909). *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. São Paulo: Itatiaia, 1985. Coleção Reconquista do Brasil; v. 88

MINISTÉRIO DA CULTURA. *As Metas do Plano Nacional da Cultura*. Brasília, 2012.

MORIN, Edgar. Conclusões Éticas. In: *O Método 6 – Ética*. Porto Alegre: Sulina, 2005a.

_____. *O Método 1. A Natureza da Natureza*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005b.

NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. *O Sujeito Vivo*. Congrès Inter-Latin pour la Pensée Complexe (CILPEC), Rio de Janeiro, setembro, 1998.

PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SELIGMANN-SILVA, Marcio (org.). *História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

SMIERS, Joost. *Artes sob pressão: promovendo a diversidade cultural na era da globalização*. São Paulo: Escrituras Editora: Instituto Pensarte, 2006.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. *Relatório Técnico Final do Projeto da Pesquisa Intercultural e Interinstitucional para o Desenvolvimento e Sistematização de Processos e Produtos educativos experimentados na disseminação do conhecimento agroecológico com as Populações Tradicionais dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, nos estados de Minas Gerais e na Bahia* (MCT/CNPq/MDA/SAF/Dater. Processo: 558560/2009-1). Salvador/BA, 2012.

VALENTE, A. L. E. F.. Conhecimentos antropológicos nos parâmetros curriculares nacionais: para uma discussão da pluralidade cultural. In: Gusmão, Neusa Maria Mendes de. (Org.). *Diversidade, cultura e educação*. São Paulo: Editors Biruta, 2003. p. 17-46.

VENTURA, Adão. *Costura de nuvens*. Sabará: Dubolsinho, 2006.